

GT28: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora

Rozeli Porto, Naara Luna

O país está sob impacto do avanço do conservadorismo no Estado e na sociedade. O discurso da defesa da família, restrita a um único modelo, é associado à defesa de certas liberdades individuais, como a de crença religiosa, ou de recusa à vacinação, ao mesmo tempo que desmonta políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, inclui o país no acordo de Genebra para restringir o acesso a direitos reprodutivos, além de limitar o debate público sobre questões referentes a gênero e sexualidade, englobado na categoria de acusação "ideologia de gênero". Agentes religiosos envolvidos no aparelho de Estado e no Legislativo têm mobilizado essa discussão, além de empreendedores morais, especialmente do campo religioso, buscando influir na opinião pública e nas políticas de governo. O valor da liberdade individual é acionado de formas distintas, para defender o direito da liberdade religiosa a fim de impor posições LGBTfóbicas e contra os direitos das mulheres, alegando a defesa da família. Nosso GT pretende debater esse cenário complexo acolhendo trabalhos que problematizam as articulações entre diferentes moralidades, discursos religiosos e pânicos morais. Aborto, reprodução assistida, adoção por casais de mesmo sexo, transgeneridade, reconhecimento do nome social, parto humanizado, são algumas questões de interesse. O objetivo é lançar luz sobre percepções de sexo, gênero e família, sustentados no interior de tais tensões e impactos no acesso a direitos e às políticas públicas.

MONOCULTURA DE NÚCLEOS FAMILIARES: entre corpos, formações, tradições e transgressões.

Autoria: Thiago da Silva Santana

Esse artigo tem como objetivo debruçar-se sobre como o conceito de família tradicional imbricado nas relações sociais e institucionais do país, vem interferindo diretamente em decisões judiciais que buscam justapor e penalizar àqueles que não se enquadram nas estruturas de sua idealização, mas em outras concepções de família, impetrando assim um sistema de moralidade, tanto na esfera judicial, quanto na sociedade civil, que denomino de monocultura de núcleos familiares. Assim, o Estado impõe a essas famílias, um status de uma "não-família", sendo essas simbolicamente colocadas numa categoria inferior (uma subcategoria), o que facilita as instituições a, juridicamente, desconstituir as diversas configurações familiares, uma vez que, esses tipos de família são àquelas onde se pode modificar, retirar, apagar e destruir os indivíduos; em consequência do desvio que elas fizeram do conceito colonial que o conservadorismo brasileiro adotou: a família de bem, a qual irão fazer de tudo em sua defesa. Destarte, neste artigo ainda busco repensar o conceito de tradicionalidade associado à família, como ele se perpetuou em nossa sociedade e como impera ainda em nossa realidade contemporânea atuando como excludente moral e religioso que, sobretudo, atingem os corpos negros, LGBTQIPA+, de comunidades tradicionais ou que transgridam as regras sociais impostas por eles. Por fim, esse artigo buscar analisar como raça, gênero e classe são decisivos para garantir que as famílias ocupem lugares hierárquicos de importância dentro de nossa sociedade que irá arbitrar sobre qual núcleo familiar pode ser considerado família. Palavras-chave: famílias; núcleos familiares; tradicional; conservadorismo.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

